

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA****1- DO OBJETO**

1.1. Aquisição de Móveis e Eletroeletrônicos para atender às necessidades do CAPS, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. **Requisitante:** CAPS

1.3. **Fundamentação Legal:** Decreto Federal 10.024/19, Decreto Municipal 599/2020 – Pregão Eletrônico, Lei Federal 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006.

1.4. **Tipo:** Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2- DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANT.
1	Fogão a gás Acendimento automático - 6 bocas Volt. 220	Und.	3
2	Geladeira tipo Frost Free Duplex - 500 litros Volt. 220	Und.	3
3	Máquina de lavar roupas 15kg - Volt. 220 – cor: branca	Und.	6
4	Televisor tipo 42", led, possui conversor digital, entrada: mínima 2 hdmi e 2 portas usb, full hd, bivolt.	Und.	3
5	Cama Box Conjugada Solteiro dimensões 56x88x188 cm	Und.	28
6	Guarda Roupa Modulado Material: MDF - 2 Portas 3 Gavetas Alt. 240,5 cm x Larg. 80 cm x Prof. 54 cm	Und.	22

7	Sofá 4 lugares - Altura: 79 Cm Largura: 210 Cm Profundidade: 80 Cm	Und.	3
8	Furadeira 4 velocidades (500/600/1100/1300 rpm) para perfuração em diversos materiais. 220V ou bivolt	Und.	3
9	Serra Tico-Tico profissional. 220V ou bivolt, potência 400/450w, capacidade corte: madeira, alumínio e aço.	Und.	3
10	Pirógrafo eletrônico para desenhar em madeira e soldar. 220V ou bivolt, potência 30w	Und.	12
11	Freezer Horizontal 2 Portas – 400 a 420 litros. Cor: Branco – 220v ou bivolt. Caixa interna de aço zincado; com rodízios; puxadores ergonômicos; dupla função: freezer e refrigerador; tampa balanceada; fechadura com chave.	Und.	3
12	Liquidificador Industrial – alta rotação potência: 800w a 900w – alimentação: 220v ou bivolt – capacidade: 4litros – corpo inox – tampa alumínio puxado – copo 4 litros inox	Und.	3
13	Batedeira Profissional – capacidade 4 a 5 litros – 220v ou bivolt – recipiente metal resistente – potência: 300 a 350w – velocidade variável.	Und.	3
14	Processador de Alimentos – com 2 velocidades e pulsar – potência de 600/650w. 220 ou bivolt. Cor: preto	Und.	3

2.2 . O quantitativo solicitado foi determinado de acordo com a necessidade em implantar a residência terapêutica bem como às necessidades em continuar os atendimentos nos CAPS.

3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. A presente proposição para aquisição de Eletrodomésticos, Móveis e Ferramentas para o Centro de Assistência Psicossocial justifica-se pela necessidade de dar continuidade aos serviços prestados dos Caps, bem como dar início à Residência Terapêutica no município.

3.3. Esta aquisição tem por finalidade assegurar o fornecimento de condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento das unidades.

4- QUANTITATIVOS E LOCAIS DE ENTREGA

4.1. A Empresa Vencedora deverá atender a ordem entrega expedida pela Unidade Requisitante abaixo relacionadas, observando o total solicitado.

Item	Objeto	Res. Terapêutica	CAPS i	CAPS AD	CAPS II	Total
1	Fogão	3				3
2	Geladeira	3				3
3	Máquina de Lavar	3	1	1	1	6
4	Televisor	3				3
5	Cama Box	28				28
6	Guarda Roupa	22				22
7	Sofá 4 lugares	3				3
8	Furadeira		1	1	1	3
9	Serra Tito-Tico		1	1	1	3
10	Pirógrafo		4	4	4	12
11	Freezer		1	1	1	3
12	Liquidificador		1	1	1	3
13	Batedeira		1	1	1	3
14	Processador de Alimentos		1	1	1	3

4.2. Os itens destinados à **Residência Terapêutica** deverão ser entregues na Alameda Marquês de Maricá, nº 137, Olaria, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

4.3. Os itens destinados ao **Caps i** deverão ser entregues na Alameda Marquês de Maricá, nº 137, Olaria, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

4.4. Os itens destinados ao **Caps AD** deverão ser entregues na Rua Professor Frezze, nº 84, Vilage, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

4.5. Os itens destinados ao **Caps II** deverão ser entregues na Av. Julio Antonio Thurler, 431, Olaria, Nova Friburgo/RJ, no horário de 9:00 às 17:00.

5- PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1 Os itens deverão ser entregues em parcela única, com prazo não superior a 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

5.2. A entrega deverá ser realizada nos horários e locais descritos nos subitens 4.2 a 4.5 deste Termo de Referência.

5.3. A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que esta sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

5.4. Os equipamentos constantes no subitem 2.1 deste Termo de Referência deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.

5.5. Caso os equipamentos apresentem embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante), caberá à Empresa Vencedora efetuar a troca, no prazo máximo de 05 dias úteis, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que porventura venham a ocorrer.

-
- 5.6. Outrossim, deverão constar nos equipamentos os dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), se aplicável;
- 5.7. No caso de aplicabilidade, não serão aceitos equipamentos cujos registros no Ministério da Saúde/Anvisa, estejam vencidos, inválidos, pendentes de renovação ou cancelados.
- 5.8. Caso os equipamentos cotados sejam dispensados do registro na Anvisa, a licitante deverá apresentar cópia do ato de isenção.

6- DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 6.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

7- RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os bens serão recebidos:

7.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.1.2. Definitivamente, após a instalação/montagem e verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação, se dará em até 03 dias úteis a contar do recebimento provisório.

7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo.

8- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos.

8.1.1. Elemento de Despesa – 44.90.52.05 (itens 08, 09 e 10)

8.1.2. Elemento de Despesa – 44.90.52.12 (itens 01, 02, 03, 04, 11, 12, 13, 14)

8.1.3. Elemento de Despesa – 44.90.52.14 (itens 05, 06 e 07)

8.1.4. Fonte de Recurso – 07 – SUS

8.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

8.2.1. CAPS : 30001.1030200872.327

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

9 – DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças. Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

10 –DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme dispõem o decreto nº.258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

10.1.3. FGTS;

10.1.4. PGE- referente a Dívida Ativa;

10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa

10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS

10.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

10.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11-DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

11.2. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

12- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Caberá à Contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Empresa Vencedora, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

12.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos Provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Empresa Vencedora, através de servidor especialmente designado;

12.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

12.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Empresa Vencedora.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Empresa Vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Empresa Vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

- 13.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;
- 13.2. Efetuar a entrega e montagem dos guarda-roupas, caso entregue desmontado, em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 10.1.1 a 10.1.6;
- 13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);
- 13.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de dias úteis, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;
- 13.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;
- 13.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência .
- 13.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução.
- 13.8. Comunicar à Contratante, no prazo de mínimo de 72 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega previsto, com a devida comprovação;

13.9. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

14- MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

15- DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

16- DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Empresa Vencedora com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do termo de referência,

não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do ato.

17- DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

17.1. A Empresa Vencedora deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19/01/2010.

18- DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução das obrigações contidas no Termo de Referência, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

18.2. Para acompanhamento e fiscalização da execução do presente processo, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

Itesn Destinada À Residência Terapêutica

Elaine Gomes – Mat. 299.141 – Fiscal Titular

Carolina Giafaldoni Viana– Mat. 115.186 – Fiscal Substituto

Itesn Destinados CAPS i

Ana Carolina Teixeira Pinto – Mat. 207.068 – Fiscal Titular

Carolina Giafaldoni Viana– Mat. 115.186 – Fiscal Substituto

Itesn Destinados ao CAPS AD

Claudia Pietrobon de Alvarenga– Mat. 299.138 – Fiscal Titular

Erick Daudt– Mat. 115.142– Fiscal Substituto

Itesn Destinados ao CAPS II

Sândia Mello Tozato – Mat. 299.441 – Fiscal Titular

Luciana R. de Oliveira Angelo– Mat. 62.194 – Fiscal Substituto

18.3. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento deste Termo de Referência.

18.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Empresa Vencedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

19-D A RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

19.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

20-DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento, por parte da Empresa Vencedora, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

20.1 – Comete infração administrativa:

20.1.1 – Não aceitar/retirar a Nota de Empenho, quando convocado ou notificado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2 – Apresentar documentação falsa;

20.1.3 – Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4 – Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5 – Não manter a proposta;

20.1.6 – Cometer fraude fiscal;

20.1.7 – comportar-se de modo inidôneo;

20.2 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3 – O licitante/adjudicatário que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem anterior, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

20.3.1 – Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.2 – impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

20.4 – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

20.5 – A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.

20.6 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21-DA RESCISÃO

21.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

21.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão:

21.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

21.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

21.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

22 – DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

22.1. A Empresa Vencedora deverá fornecer garantia dos equipamentos e seus acessórios pelo período mínimo de 12 meses, a contar da respectiva aceitação.

22.2. Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante, dentro do prazo de validade, mínimo 12 meses.

22.3. Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica por defeito de fabricação, os custos referentes ao transporte de técnicos e equipamentos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela Empresa Vencedora.

23- DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente

Nova Friburgo, 08 de junho de 2021.

Rafael Durans Barros
Captação de Recursos
Mat. 062.203

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária de Saúde
Matrícula: 106.137